



O DESENVOLVIMENTO, INTERVENÇÃO EDUCATIVA E A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA NA E.E.E.F MARIA ROSA GATTORNO ¹

Meryanne Caroline Silva de Souza (1) Lidiene Pinheiro Moura (2) Fabiola da Silva Costa (3)

Discente do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará, e-mail:

meryannecarolinesouza@gmail.com (1) Discente do curso de Pedagogia na Universidade

Federal do Pará, e-mail: lidiene.moura1@gmail.com (2) Discente do curso de Pedagogia na

Universidade Federal do Pará, e-mail: costafabiola31@gmail.com (3)

Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este artigo aborda o processo de aprendizagem, desenvolvimento e intervenção na inclusão de crianças cegas e/ou deficientes visuais estando relacionados a dois pontos: às limitações que e os alunos apresentam e aos profissionais e os materiais que os possibilitam ampliar de forma significativa o verdadeiro motivo que é incluir sem deixar lacunas, sem essas prerrogativas não há um processo de inclusão que o faça pleno e satisfatório. Temos como objetivo apresentar a pesquisa que foi realizada na E.E.E.F Maria Rosa Gattorno, onde analisou-se duas crianças portadoras de deficiência visual que estudam nesta instituição de ensino e suas particularidades no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem fazendo uma ponte com os estudos realizados na área da inclusão escolar de pessoas portadoras de deficiência visual. Nessa perspectiva faz-se necessário um estudo investigativo e teórico para que observe quais as dificuldades e possibilidades que esses alunos encontrarão no processo educativo, ou seja, uma pesquisa bibliográfica e de campo acerca do desenvolvimento e da intervenção educativa das crianças deficientes visuais. Refletimos com essa pesquisa que a interação/relação que deve existir entre a família e a escola é de suma importância no desenvolvimento pleno das crianças cegas, pois é por meio dessa relação que a criança poderá adquirir um progresso não só em seu desenvolvimento, mas também na aquisição de sua autonomia.

Palavras-Chave: Inclusão. Deficiência visual. Família-Escola.

INTRODUÇÃO

Neste artigo trataremos do processo de ensino/aprendizagem das crianças cegas e/ou deficientes visuais, seu desenvolvimento e as intervenções necessárias para que a evolução dessa criança aconteça. Como todo esse processo é realizado levando em consideração as necessidades das crianças e dos profissionais envolvidos nesse processo, não deixando de lado a importância dos materiais utilizados que proporcionam a ampliação do conhecimento da criança deficiente visual, pois sem eles é nitidamente difícil, se é que não podemos dizer impossível, uma inclusão escolar absoluta e bem-sucedida.

O objetivo da realização deste artigo é apresentar a pesquisa que foi realizada na E.E.E.F Maria Rosa Gattorno, onde analisou-se duas crianças deficientes visuais, estudantes desta

¹O presente trabalho é resultado de pesquisas e estudos em grupo executados durante a realização da disciplina: "Educação Inclusiva" no curso de Pedagogia/UFPA no 3º semestre.

Realização



Organização:



(91) 3223-8575
fazeacontece@fazeacontece.com.br
www.fipedbrasil.com.br



instituição de ensino, e suas particularidades no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem fazendo uma ponte com os estudos realizados na área da inclusão escolar de pessoas deficientes visuais, procurando compreender o desenvolvimento e as intervenções realizadas nas escolas por meio do processo da inclusão de crianças deficientes visuais. Como o processo de ensino-aprendizagem se constrói e como acontece o envolvimento da escola nessa modalidade de ensino, levando em consideração a relação entre a família e a escola, compreendendo que estão incorporado um ao outro, pois é por meio desse envolvimento que acontece a apreensão da aprendizagem das crianças deficientes visuais nesse processo.

DEFICIÊNCIA VISUAL

A cegueira, segundo Ochaíta e Espinosa (2004), é um tipo de deficiência sensorial e, portanto, sua característica principal é a carência ou comprometimento de um dos canais sensoriais de aquisição da informação, neste caso o visual. A carência ou a séria diminuição da captação da informação pela visão faz com que a percepção da realidade de uma pessoa cega seja muito diferente de uma pessoa vidente.

Quando se fala em cegos, se faz referência a uma população muito heterogênea incluindo as pessoas que possuem perda total da visão e também aquelas que têm problemas visuais graves o suficiente para serem consideradas cegas, embora tenham resquícios visuais que possam ser aproveitados para seu desenvolvimento e sua aprendizagem não há um consenso na definição do que pode ser considerado funcionalmente como cegueira, nesse sentido, essa população está amparada por direitos que visam sua inserção não somente na escola, mas na sociedade em geral já que busca-se inserir a todos nas modalidades de ensino de forma que seja efetivado os direitos com equidade.

O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS DEFICIENTES VISUAIS

Durante o processo de desenvolvimento e aprendizagem de uma criança considerada deficiente visual deve-se considerar três dimensões fundamentais: o momento da aparição dos problemas visuais; a forma de aparição e; o grau de perda da visão. Segundo Coll; Marchesi e Palacios (2004) os problemas visuais e a aprendizagem de uma criança que nasce cega ou que perde a visão pouco depois de nascer serão muito diferentes daquela que perdeu a visão em etapas posteriores de sua vida, como na adolescência por exemplo, também é importante o fato da cegueira aparecer de modo súbito ou gradual.

A porcentagem da perda de visão funcional que uma criança possui determinará a possível utilização de vias alternativas em seu desenvolvimento e o incentivo no ponto de vista educacional. Essa questão dependerá também do contexto em que cada criança se desenvolve: seu ambiente

Realização



Organização:





familiar, sua escola, o trabalho e o nível de instrução dos pais e a forma como a deficiência visual é vista no âmbito que a criança está inserida. Assim, as características do desenvolvimento de uma criança cega e o planejamento das intervenções educacionais concretas dependerão das transições complexas entre as características da criança e seus contextos em que se produz seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Na realização da pesquisa de campo considerou-se o caso de dois alunos. Uma aluna cursava o 4º ano do ensino fundamental e o outro aluno o 5º ano na Escola Maria Rosa Gattorno. A aluna é deficiente visual com cegueira total. Ela, quando bebê, permaneceu por um longo tempo na incubadora adquirindo, inicialmente, um diagnóstico de baixa visão, porém ao passar dos anos perdeu completamente sua visão apresentando apenas uma sensibilidade luminosa no olho esquerdo (identifica quando se encontra em ambientes totalmente claros ou escuros). Já o aluno era assíduo e participativo, realizava seu acompanhamento no Instituto Álvares de Azevedo desde os seus dois anos de idade. De acordo com os relatos da professora itinerante do Instituto Álvares de Azevedo a mãe do aluno teve uma gravidez complicada, onde mãe e filho corriam risco de morte. Com dois meses de vida ele foi diagnosticado com cegueira total, o aluno é alfabetizado no sistema Braille, escrevendo o seu nome no regrete (régua). Os pais sempre o auxiliam em casa, além das aulas ele participa de várias atividades extracurriculares como: natação, futebol, corrida e informática, o mesmo nos informou que possui resquícios de luminosidade.

Os autores Ochaíta e Espinosa (2004) ressaltam a importância da avaliação do grau de perda visual apresentado por uma criança. É necessário que a avaliação seja realizada em dois níveis diferentes e complementares, deve-se fazer o exame oftalmológico e avaliar os resquícios visuais de que essa criança dispõe para seu desenvolvimento e sua aprendizagem. Somente dispondo dessas informações será possível elaborar um informe visual completo que sirva para prescrever as correções e as ajudas técnicas necessárias para planejar programas de intervenção educacional adequados.

A PARCERIA FAMÍLIA/ ESCOLA

A participação da família é fundamental para todo o processo de atendimento à criança portadora de deficiência visual. Os pais/familiares precisam compreender as dificuldades/necessidades do filho portador dessa deficiência. Conforme o relato da professora, que auxilia os alunos nessa escola, a aluna apesar de estar no 4º ano do ensino fundamental não é alfabetizada e isso acaba dificultando sua aprendizagem no sistema Braille. Segundo a professora, essa dificuldade é adquirida devido à aceitação da família em relação ao diagnóstico de cegueira da aluna, pois, primeiramente, por não a considerar cega acabavam não a levando para o

Realização



Organização:





acompanhamento realizado na escola, por meio do AEE (Atendimento Educacional Especializado), e no Instituto Álvares de Azevedo. A atitude da família em não dar uma devida importância a situação da aluna acabou atrasando seu aprendizado.

Segundo Ochaíta e Espinosa (2004) a família é um fator primordial para que a criança se desenvolva com autonomia e obtenha um aprendizado diferenciado, buscando aguçar estímulos e percepções em todas as suas necessidades relativamente comprometidas. As autoras falam que esse processo, em que a família e a escola caminham juntas, é notório a facilidade no desenvolvimento da criança e o resultado, além de satisfatório, é surpreendentemente evolutivo. Se os pais e os educadores compreenderem os sinais emitidos pelas crianças cegas e responderem de forma adequada as suas demandas de socialização e de carinho, existe a possibilidade de evitar que se produzam nelas problemas psicológicos associados à cegueira.

É necessário também que os pais ou responsáveis pela criança deficiente visual vejam a questão da mobilidade, saibam de suas possibilidades. Tendo a consciência de que não devem dar uma proteção excessiva aos seus filhos e muito menos expor eles aos perigos, devem saber dosar. O aluno que estava no 5º ano, por exemplo, está passando por um processo para alcançar uma autonomia maior, pois está em treinamento no Instituto Álvares de Azevedo para o uso da bengala, os pais e a escola devem auxiliar nesse processo de autonomia.

INTERVENÇÃO EDUCATIVA

O planejamento das intervenções educativas feitas com crianças cegas e deficientes visuais deve basear-se em suas necessidades específicas. Por isso as pessoas encarregadas da educação dessas crianças devem conhecer as características mais importantes do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças com deficiência visual.

O educador quando estiver diante de uma criança cega ou deficiente visual, devem adaptar seus conhecimentos e sua ação educacional as características particulares dessa criança. Nesse sentido é importante destacar que sempre se deve aproveitar ao máximo a visão funcional que essa criança possui. Para isso deve-se contar com um bom informe oftalmológico, que contenha dados preciosos, e com uma correta avaliação das possibilidades das crianças de aproveitar a visão para realizar as diferentes atividades educativas, porém, nem sempre essas adaptações ocorrem. Neste período de observação percebeu-se a falta de interesse de alguns professores para buscar atividades que incluam as crianças deficientes visuais, principalmente nas atividades físicas.

Ochaíta e Espinosa (2004) afirmam que é importante que a escola busque incentivar o jogo entre todos os alunos videntes e não videntes, para que se possa alcançar uma integração maior entre eles, ficou claro que, em relação à aluna do 4º ano, isso não ocorre com muita frequência, pois

Realização



Organização:





a mesma em determinados momentos acabava ficando excluída em relação aos demais alunos, até mesmo em momentos que deveria estar totalmente incluída, afinal, é uma aluna e tem o direito de participar ativamente de todas as práticas que envolvem os videntes para que a interação entre eles aconteça e ela possa se desenvolver igualmente.

No caso da criança não ser totalmente cega, Ochaíta e Espinosa (2004) asseguram que se deve saber lidar com isso, aproveitando essa situação sem deixar de lado o estímulo tátil e auditivo, o que talvez não tenha ocorrido no caso da aluna do 4º ano, já que a mesma tinha um quadro de baixa visão que evoluiu para a cegueira, porém, a manutenção desse estímulo não ocorreu, dificultando assim seu processo de aprendizagem atual que ainda estava em estágio inicial. É importante entender que cada pessoa possui um caso específico, um grau e um tipo de deficiência distinto do outro e isso é o que vai definir o método educativo de aprendizagem a ser empregado. Para isso, é imprescindível que se tenha o conhecimento das peculiaridades de cada aluno, pois isso irá auxiliar no planejamento das estratégias educacionais a serem utilizadas nos alunos com cegueira ou deficiência visual.

Um dos métodos de ensino utilizado para a prática da leitura, com as crianças que possui diagnóstico de cegueira ou deficiência visual, é o *Braille*. É um sistema utilizado através de uma conversão do negro (termo empregado para descrever a escrita utilizada pelas pessoas videntes) para uma escrita sensorial, através do tato, onde, a leitura é feita através de códigos. É designado um código diferente para cada letra do alfabeto, pontuação, letras acentuadas, etc.

O aluno do 5º ano da escola em que foram feitas pesquisas sobre o tema, já possui habilidade na utilização desta máquina. Em sua escrita, possui alguns erros de ortografia, algo compreensível, mas sabe manejar muito bem a “Máquina de Perkins”, máquina utilizada para a escrita *braille*. Sua utilização é supervisionada por sua professora, que dita os textos que precisa escrever e ele o reproduz na máquina, e o dia em que ele é supervisionado pela professora itinerante, ela traduz os textos para a professora da sala de aula para a correção. Já a outra aluna, por estar no início de sua alfabetização, não possui habilidade para a utilização desta máquina, estando ainda no período de reconhecimento da leitura da célula Braille, utilizando o brailito – objeto composto de 47 retângulos onde cada um representa uma cela Braille contendo pinos metálicos que formam o alfabeto Braille – para desenvolvimento do seu sistema sensório-motor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi observado, a deficiência visual não traz prejuízos para as pessoas desde que, quando diagnosticada, a criança seja acompanhada por profissionais especializados na área. O trabalho da família em conjunto com a escola é de suma importância para

Realização



Organização:



(91) 3223-8575

fazeacontece@fazeacontece.com.br

www.fipedbrasil.com.br



o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Desde os estímulos nos primeiros meses de vida a adaptação à vida escolar e a mobilidade dessas pessoas sejam acompanhados por profissionais especializados com incentivo da família.

É extremamente importante essa base que a família pode proporcionar para o desenvolvimento desta criança que está com uma determinada limitação. Pois, é através do incentivo transmitido pela família que a criança avança em seu aprendizado para assim poder tornar-se um adulto independente. Prova disto é a motivação que a aluna do 4º ano tem todos os dias, revelado em uma de nossas conversas, que é a vontade de aprender, conhecer, descobrir coisas novas todos os dias, a aluna relata que é por esse motivo que quer ir à escola todos os dias.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acessado em: 12 abril 2017 às 21h.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Grafia Braille para a Língua Portuguesa**. Documento normatizador e de consulta para os destinado especialmente a professores, transcritores, revisores e usuários do Sistema Braille. Brasília: SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf> Acessado em: 12 abril 2017 às 21:20h.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

GIL, Marta (org.). **Cadernos da TV escola: Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000, 80p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf> Acessado em: 22 mai. 2016 às 18h.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **O aluno cego: preconceitos e potencialidades**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v. 14, n. 1, p. 55-64, 2010.

OCHAÍTA, Esperanza.; ESPINOSA, M. Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Editora ArtMed, 2004, 3 vol., 2ª ed., p. 151 - 170.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa de campo. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 122-123.

Realização



Organização:



(91) 3223-8575

fazeacontece@fazeacontece.com.br

www.fipedbrasil.com.br